

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

NATÁLIA DE CARVALHO RIBEIRO

**O árbitro de emergência: uma análise do instituto sob o viés da prática
internacional e do contexto brasileiro**

Rio de Janeiro, novembro/2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

NATÁLIA DE CARVALHO RIBEIRO

**O árbitro de emergência: uma análise do instituto sob o viés da prática
internacional e do contexto brasileiro**

Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação do
professor **Gustavo Schmidt**
apresentado à FGV DIREITO
RIO como requisito para
conclusão da disciplina
obrigatória TCC IV do currículo
da graduação.

Rio de Janeiro, novembro/2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

**O árbitro de emergência: uma análise do instituto sob o viés da prática
internacional e do contexto brasileiro**

Elaborado por NATÁLIA DE CARVALHO RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de
Curso, apresentado à FGV
DIREITO RIO como requisito
parcial para a obtenção de grau
de bacharel em direito.

Comissão Examinadora:

Gustavo Schmidt

Gustavo Kloh

Fabiano Robalinho

Assinaturas:

Gustavo Schmidt

Gustavo Kloh

Fabiano Robalinho

Nota Final: _____

Rio de Janeiro, 12 de dezembro 2016.

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIGINALIDADE

A presente declaração é termo integrante de todo trabalho de conclusão de curso (TCC) a ser submetido à avaliação da FGV DIREITO RIO como requisito necessário e obrigatório à obtenção do grau de bacharel em direito. Eu, NATÁLIA DE CARVALHO RIBEIRO, brasileira, portadora do RG de nº 21264877-8, na qualidade de aluna da Graduação em Direito da Escola de Direito FGV DIREITO RIO, declaro, para os devidos fins, que o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em anexo, requisito necessário à obtenção do grau de bacharel em Direito da FGV DIREITO RIO, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade. Nesse sentido, declaro, para os devidos fins, que: O referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa; As citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em meu TCC, estão sempre claramente identificadas entre aspas e com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as normas estabelecidas pela FGV DIREITO RIO. Todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como às longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informada e orientada a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituiriam plágio. Todos os resumos e/ou sumários de idéias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fui devidamente informada e orientada a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude.

O Professor responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e submeto o documento em anexo para apreciação da Fundação Getúlio Vargas como fruto de meu exclusivo trabalho.

Data: 28 de novembro de 2016.

Assinatura do Aluno

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Metodologia	2
3. O que é o árbitro de emergência?	3
4. Aspectos conceituais	6
4.1. Garantias processuais e devido processo legal	6
4.2. Execução das decisões concedidas pelo árbitro de emergência	7
4.3. Autonomia de vontade das partes	8
4.4. Quando a solicitação de medidas de urgência junto à autoridade judicial pode ser mais eficaz?.....	10
5. Aplicação prática do instituto	12
5.1. CCI – Câmara de Comércio Internacional.....	12
5.2. CAMFIEP – Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação de Indústrias do Paraná.....	15
5.3. CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado.....	17
5.4. CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem.....	19
6. Proposta de regulamentação do instituto no cenário brasileiro	21
7. Conclusão.....	25
8. Referências Bibliográficas	26
I. Apêndice - Proposta de regulamentação do árbitro de emergência	I
II. Anexo – Dispositivos do árbitro de emergência nos regulamentos analisados	III

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do árbitro de emergência, instituto que surge como alternativa para a solicitação de medidas de urgência antes da constituição do tribunal arbitral. O árbitro de emergência representa uma proposta inovadora e já se faz presente em diversos regulamentos arbitrais estrangeiros e alguns regulamentos brasileiros. São analisados, portanto, os aspectos conceituais que representam verdadeiros desafios à implementação do novo instituto bem como as suas vantagens e desvantagens. Analisa-se, ainda, o regulamento da Câmara de Comércio Internacional, referência em arbitragem internacional, cotejando seus dispositivos legais com os regulamentos apresentados pelas câmaras arbitrais brasileiras que já apresentam o instituto. Em conclusão, será apresentada uma proposta de regulamentação do árbitro de emergência para as câmaras arbitrais brasileiras levando em consideração o cenário atual da arbitragem em nosso país e as peculiaridades anteriormente destacadas.

Palavras-Chave: Arbitragem. Medidas de Urgência. Árbitro de Emergência. Poder Judiciário. Devido Processo Legal. Autonomia de Vontade. Regulamentos Arbitrais.

Abstract

This article aims to analyze the emergency arbitrator, an institute that appears as an alternative for requesting emergency measures before the constitution of the arbitral tribunal. The emergency arbitrator arises as an innovative proposal and is already present in several foreign rules of arbitration and also in some Brazilian regulations. Therefore, the conceptual aspects that represent real challenges to the implementation of the new institute as well as its advantages and disadvantages are to be considered. The International Chamber of Commerce rules regarding the emergency arbitrator will be explored comparing its legal provisions with the existents Brazilian arbitral regulations that already include the institute. In conclusion, a proposal will be presented to regulate the emergency arbitrator for the Brazilian arbitration chambers considering the current scenario of arbitration in our country and the peculiarities previously highlighted.

Keywords: Arbitration. Emergency Measures. Emergency Arbitrator. Judiciary. Due Process. Party Autonomy. Arbitration Rules.

1. Introdução

O presente artigo trata do instituto do árbitro de emergência e a forma como essa figura se apresenta no cenário arbitral, levando em consideração seus aspectos positivos bem como as possíveis resistências que podem surgir ante esse novo mecanismo. Trata-se de um instituto inovador que surge no cenário da arbitragem internacional com o objetivo de promover mais eficiência e celeridade ao procedimento arbitral, que se torna cada vez mais autônomo em relação ao Poder Judiciário.

O mecanismo em si consiste na indicação de um árbitro para decidir acerca de medidas de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, de modo que não é preciso recorrer ao judiciário para requerê-las. Assim, o árbitro de emergência tem a sua jurisdição restrita à concessão de medidas cautelares, de modo que sua competência cessa a partir do momento em que o tribunal arbitral é constituído.

O referido instituto vem sido amplamente adotado por diversas câmaras internacionais, como, por exemplo, ICC – International Chamber of Commerce, SIAC – Singapore International Arbitration Centre e SCC - Stockholm Chamber of Commerce. Já no contexto brasileiro, apenas três câmaras arbitrais já adotaram esse procedimento, tema que será abordado mais adiante. Assim, vemos que o instituto em questão já é amplamente utilizado em outros países enquanto no contexto brasileiro surge, ainda, timidamente.

Primeiramente, será analisado um dos mais relevantes regulamentos arbitrais do mundo, o da CCI - Câmara de Comércio Internacional. Partindo dessa análise, serão vistos os regulamentos arbitrais nacionais que apresentam o instituto com o intuito de compreender de que forma ele está delineado na CCI, câmara escolhida como modelo, e como ele vem se delineando nas câmaras nacionais tendo em vista as peculiaridades do cenário brasileiro.

Para atingir esse objetivo, é preciso ater-se à seguinte questão: quais são os desafios para a ampliação desse instituto no cenário brasileiro? O fato de a arbitragem estar se expandindo aos poucos no nosso país demonstra um óbice a mais para a implementação do árbitro de emergência em comparação a outros

países? A análise dessas questões depende, primeiramente, de uma leitura do instituto em si e a maneira como ele se apresenta no contexto internacional. Contudo, é necessário também pensar as peculiaridades brasileiras dando um foco especial nos princípios que devem ser respeitados.

Assim, o presente artigo tratará dos pontos que podem vir a ser conflitantes nesse instituto, se atendo às questões do devido processo legal e da autonomia vontade das partes e de que forma essas garantias podem ser prejudicadas ou diminuídas. Tal análise tem o objetivo de expor as possíveis desvantagens desse instituto e também algumas possíveis soluções, de modo a viabilizar uma melhor compreensão da sua repercussão de maneira geral.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a fazer uma breve análise do árbitro de emergência em diálogo com o cenário brasileiro, culminando em uma proposta de implementação desse instituto. Tal proposta, portanto, pretende utilizar elementos do instituto já existentes em regulamentos internacionais adaptando-os, contudo, à realidade brasileira no que couber.

2. Metodologia

Em primeiro lugar, será feita uma breve elucidação conceitual quanto ao instituto do árbitro de emergência e suas nuances. Para esse momento, será feita uma análise teórica do procedimento arbitral de uma maneira geral levando em consideração o conceito do árbitro de emergência em si e suas características.

Em um segundo momento, será feita uma análise acerca de outros aspectos que envolvem o instituto e podem ser vistos como verdadeiros desafios, como as garantias processuais e autonomia de vontade das partes, por exemplo. Será analisado de que forma esses importantes valores se relacionam com o surgimento do árbitro de emergência e quais são as peculiaridades do instituto que acabam por

conflitar, em alguma medida, com esses importantes temas. Essa parte do trabalho terá como base opiniões doutrinárias sobre os temas envolvidos.

Para seguir na análise em questão, será considerado o regulamento da Câmara de Comércio Internacional, centro de referência em arbitragem em todo mundo que já apresenta a figura do árbitro de emergência. Ainda, serão analisados os regulamentos das três câmaras brasileiras que já incluem essa previsão (Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Paraná – CAMFIEP; Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM e CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem em seu Regulamento de Arbitragem Esportiva)¹.

Por fim, será desenhada uma proposta de modelo de regulamentação do árbitro de emergência com base no cenário brasileiro e na posição que o país vem conquistando no cenário da arbitragem. Tal proposta terá como base as informações anteriormente levantadas acerca dos regulamentos das câmaras bem como opiniões doutrinárias sobre a situação da arbitragem no Brasil.

3. O que é o árbitro de emergência?

A arbitragem é um método alternativo de resolução de disputas² que vem ganhando cada vez mais espaço tanto no âmbito internacional quanto no cenário brasileiro. Essa expansão se dá por uma série de motivos, dentre eles, a possibilidade de solucionar conflitos de maneira mais técnica e célere. Assim, as partes decidem recorrer à arbitragem buscando uma solução mais eficiente para o seu problema, o que muitas vezes pode ser mais custoso na litigância judicial em termos de tempo e expertise.

¹ Disponíveis em: <http://www.fiepr.org.br/> ; http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/camara-de-arbitragem-do-mercado-cam/regulamentacao/;
http://www.cbma.com.br/regulamento_arbitragem_esportiva.

² CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96 – 2.ed. ver., atual. E ampl.-4.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007. Capítulo 1, p. 52

Nos procedimentos arbitrais, as partes expressam sua vontade de se submeter a esse método alternativo de resolução de disputas. Assim, o procedimento se inicia e os árbitros são indicados, seja pela própria câmara arbitral ou pelas partes e o tribunal arbitral é assim composto³. Após a composição do tribunal, é certo que os árbitros possuem jurisdição⁴ para conceder medidas cautelares⁵ desde que justificadas pelas partes, de modo que não haveria interferência do Poder Judiciário nessas situações.

É evidente, portanto, que a urgência na concessão dessas medidas é um fator latente, sendo inclusive requisito que deve ser comprovado pelas partes ao solicitá-las. Nesse sentido, ainda que a arbitragem seja um procedimento mais célere e eficiente, há situações em que as cautelares pedidas não podem esperar a constituição do tribunal arbitral sob pena de ver o seu direito frustrado. Assim, a solução que caberia às partes seria pleitear essa medida junto ao Poder Judiciário⁶, cuja jurisdição cessaria logo após a concessão. Depois de sua constituição, o tribunal arbitral passa a ter jurisdição exclusiva sobre aquela demanda, podendo inclusive suspender a cautelar se entender necessário⁷.

³ ALVIM, José Eduardo Carreira. Tratado geral de arbitragem. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000. Capítulo XI: Juízo Arbitral – Natureza da Função Arbitral, pp. 303 e 304.

⁴ UNCITRAL Model Law, 2006 Revisions, Art. 17(2). A possibilidade de solicitar medidas de urgência junto ao tribunal arbitral é pacífica e inclusive expressa nos termos da Model Law, conforme o seguinte artigo: “An interim measure is any temporary measure, whether in the form of an award or in another form, by which, at any time prior to the issuance of the award by which the dispute is finally decided, the arbitral tribunal orders a party to: (a) Maintain or restore the status quo pending determination of the dispute; (b) Take action that would prevent, or refrain from taking action that is likely to cause, current or imminent harm or prejudice to the arbitral process itself; (c) Provide a means of preserving assets out of which a subsequent award may be satisfied; or (d) Preserve evidence that may be relevant and material to the resolution of the dispute”.

⁵ BORN, Gary. International Commercial Arbitration (Second Edition), 2014. Published in Kluwer Law International. Chapter 17: Provisional Relief in International Arbitration, p. 2537.

⁶ Nesse sentido, é importante ressaltar que diversos autores, como José Antonio Fichtner, entendem que a relação entre o Poder Judiciário e arbitragem é pacífica nesse ponto. O judiciário concede as medidas de urgência e entende que sua jurisdição se encerra depois desse momento. A questão principal, portanto, não é relativa à cooperação entre judiciário e arbitragem, mas sim à celeridade do procedimento e a tecnicidade da decisão, já que o árbitro de emergência será escolhido dada a sua expertise no tema em questão. FICHTNER, José Antonio. Novos temas de arbitragem. José Antonio Fichtner, Sergio Nelson Mannheimer, André Luis Monteiro. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 208/213

⁷ VERÇOSA, Fabiane. MUNIZ, Joaquim de Paiva. *Arbitragem e Mediação – Temas controvertidos*. Rio de Janeiro: Forense, outubro de 2014. Capítulo 4 – Medidas judiciais necessárias à solução de controvérsias antes e durante à arbitragem - p. 69.

Tal procedimento pode ser bastante complexo, pois a necessidade de diálogo prévio com o judiciário para requisição dessa medida pode tornar o processo mais lento. Além disso, esse tipo de interferência prejudica a própria autonomia do procedimento arbitral, pois traz a necessidade da atuação do judiciário em uma situação em que as partes optaram expressamente por uma via alternativa de resolução de conflitos, dotada de expertise e tecnicidade para cada situação.

É nesse cenário que surge o árbitro de emergência, instituto que se apresenta como uma solução dentro da própria jurisdição arbitral para a concessão de medidas urgentes. Esse árbitro é resultado da necessidade de pleitear medidas cautelares que não podem esperar a constituição do tribunal arbitral, pois o decorrer do tempo pode frustrar o direito ali pleiteado. Assim, a câmara arbitral indica um árbitro que possuirá jurisdição apenas no que diz respeito àquela cautelar⁸ para tratar dessa questão de forma célere e, principalmente, dentro da jurisdição arbitral.

Assim, o árbitro de emergência fica responsável por tomar decisões mais imediatas, de modo que sua jurisdição se encerra a partir do momento em que o tribunal arbitral efetivo é constituído. O tribunal arbitral poderá, portanto, modificar ou extinguir a medida concedida pelo árbitro de emergência caso esse seja o seu entendimento sobre o caso.

A relevância do instituto se justifica uma vez que medidas desse tipo são normalmente requisitadas diretamente ao Poder Judiciário, cujo procedimento costuma ser muito mais lento quando comparado ao procedimento arbitral. Em suma, o árbitro de emergência possibilita soluções mais ágeis e efetivas e, principalmente, acaba com a necessidade de recorrer à outra jurisdição para a tomada de decisões que, por sua natureza, precisam ser ágeis.

⁸ Regulamento da CCI, artigo 29.3: A ordem do árbitro de emergência não vinculará o tribunal arbitral no que tange a qualquer questão, tema ou controvérsia determinada em tal ordem. O tribunal arbitral poderá alterar, revogar ou anular uma ordem ou qualquer modificação a uma ordem proferida pelo árbitro de emergência.

4. Aspectos conceituais

Antes de analisar as peculiaridades dos regulamentos, cabe analisar alguns pontos controvertidos do instituto. Seria a arbitragem de emergência absolutamente compatível com a questão da autonomia de vontade das partes? O instituto estaria, em alguma medida, afastando a atuação do Poder Judiciário ou violando princípios processuais? Tais aspectos serão explorados ao longo desse capítulo com base em algumas opiniões doutrinárias e também por meio de análise crítica sobre o tema.

4.1. Garantias processuais e devido processo legal

O primeiro aspecto que é importante ser levado em consideração é a questão do devido processo legal. Como se sabe, a arbitragem é um procedimento privado com regras próprias⁹, que podem inclusive ser acordadas livremente pelas partes. No entanto, ainda que o Código de Processo Civil não seja aplicável aos procedimentos arbitrais, o entendimento que existe é de que embora as regras não sejam aplicáveis, os princípios¹⁰ de processo civil devem ser observados¹¹.

Nesse sentido, existem autores que afirmam que a arbitragem de emergência estaria excluindo das partes o direito do contraditório na medida em que o momento da oitiva das partes seria posterior à concessão da medida¹². Assim, por se tratar de violação de um relevante princípio processual, tal medida seria incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro ainda que prevista no regulamento da câmara¹³.

⁹ BRASIL. Lei nº 9307/96. Artigo 21.

¹⁰ CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96 – 2.ed. ver., atual. E ampl.-4.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007, p. 251.

¹¹ O artigo 21, § 2º da Lei de Arbitragem (9307/97) traz disposição clara nesse sentido: “§ 2º Serão, sempre, respeitados no procedimento arbitral os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento”.

¹² CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2015.

¹³ PEREIRA, José Luiz Parra & GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Tutelas provisórias e medidas de urgência na arbitragem. *Revistas Magister de Direito Civil e Processual Civil* nº 73 – Jul-Ago/2016, p. 7.

Por outro lado, o autor José Carlos Magalhães não vê esse tipo de empecilho. Para ele, a vontade das partes em eleger um método de resolução de disputas totalmente privado se sobrepõe a esse tipo de questão. É dizer que desde que a ausência de oitiva das partes esteja disposta expressamente no regulamento em questão e as partes tenham assinado tal convenção arbitral, não se observa nenhum tipo de violação nesse sentido¹⁴.

De todo modo, acredito que na realidade brasileira o instituto deve ser delineado de modo a sempre proporcionar à parte demandada a oportunidade de se manifestar em relação à medida de urgência pleiteada antes da decisão do árbitro de emergência. Tal procedimento estaria em consonância com o princípio do contraditório, afastando a incidência de críticas e rejeições ao instituto nesse sentido.

4.2. Execução das decisões concedidas pelo árbitro de emergência

Outro aspecto que merece destaque é a questão da execução e homologação da ordem concedida pelo árbitro de emergência no caso das arbitragens internacionais, dado que ela não possui natureza de sentença arbitral. Isso porque, considerando que essas medidas não têm as características das sentenças arbitrais, não haveria a possibilidade de executá-las de acordo com as regras da Convenção de Nova York¹⁵.

Tal questão, entretanto, já foi fruto de decisão do Superior Tribunal de Justiça em sede de agravo regimental em 1997¹⁶. À época, a discussão não era acerca do árbitro de emergência, mesmo porque o instituto ainda não havia surgido. O que ficou decidido pelo STJ foi que as cautelares obtidas em arbitragens internacionais

¹⁴ MAGALHÃES, José Carlos de. A tutela Antecipada no processo arbitral. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, RT, v. 4, p. 11-20, Jan/Mar 2005.

¹⁶ Rel. PERTENCE, AgRg em CR nº 7.613-4

têm status de sentenças arbitrais, podendo, portanto ser homologadas nos termos da Resolução nº 9 do STJ¹⁷.

Sendo assim, a questão da homologação pode ser vista, a princípio, como um problema devido à natureza jurídica da ordem dada pelo árbitro de emergência. No entanto, vemos que o posicionamento do STJ sobre a natureza das cautelares expedidas em sede de arbitragem torna essa questão menos nebulosa ainda que se trate de uma decisão bastante antiga, proferida em um momento que sequer se imaginava o surgimento do instituto. Assim, a decisão do STJ nesse sentido torna esse ponto em específico menos problemático no que diz respeito à implementação do instituto no cenário brasileiro.

4.3. Autonomia de vontade das partes

Um dos principais pontos a ser levantado é a questão da autonomia de vontade das partes, um dos mais relevantes pilares da arbitragem. Tal garantia poderia se ver mitigada, em alguma medida, na arbitragem de emergência uma vez que o árbitro é indicado pela câmara, e não pelas partes¹⁸. Esse procedimento é necessário uma vez que o instituto existe justamente para prezar pela celeridade do processo, de modo que não seria viável esperar que as partes entrassem em um acordo para escolher esse árbitro. Portanto, é natural que o árbitro em questão seja indicado pela câmara sem a interferência das partes envolvidas.

Contudo, o principal ponto de análise não diz respeito à vontade das partes no que tange à nomeação do árbitro, mas sim à submissão das partes ao instituto de uma forma geral. Se de um lado essa questão parece muito simples de ser resolvida quando pensamos na posição do demandante, que pode simplesmente

¹⁷ A Resolução nº 9 do STJ trata do tema da homologação de sentenças estrangeiras e traz, em seu artigo 5º, os requisitos indispensáveis para homologação. Tais requisitos são os mesmos trazidos pela Convenção de Nova York. Resolução disponível em <http://www.internacional.mpf.mp.br/normas-e-legislacao/portarias-pgr/resolucao-no-9-stj-homologacao-de-sentencas-estrangeiras-e-concessao-de-exequatur.pdf>.

¹⁸ Regulamento da CCI – Apêndice V, artigo 2.1; Regulamento da CAMFIEP – artigo 8.3; Regulamento da CAM – artigo 5.1.

optar por requerer a medida junto à autoridade judicial¹⁹, ela não é tão óbvia da parte do demandado, que se vê obrigado a cumprir a ordem.

Sobre esse ponto, é importante ressaltar que a o Regulamento da Câmara de Comércio Internacional, por exemplo, prevê a possibilidade de as partes afastarem as disposições do árbitro de emergência caso assim desejem²⁰. Conforme será visto mais a frente, os regulamentos que preveem esse instituto podem abrir essa possibilidade para as partes, de modo que não há grandes motivos de preocupação no que diz respeito à convergência do instituto com essa garantia.

Além disso, conforme será analisado posteriormente no regulamento da CCI, algumas câmaras arbitrais dão às partes a possibilidade de fazer um “*opt out*” quanto às regras da arbitragem de emergência, que significa que as partes podem optar por não se submeter à essas regras se assim se manifestarem expressamente. Vale ressaltar que as partes podem excluir essa previsão sem prejuízo de nenhuma outra regra do regulamento²¹.

Uma maneira de mitigar ainda mais esse suposto problema é a opção de algumas câmaras pelo “*opt in*”. Conforme será melhor explorado, esse modelo consiste em uma aceitação expressa das partes em se fazer valer do instituto, devendo esse desejo ser expresso na cláusula arbitral. Se de um lado esse modelo tem a vantagem de não deixar dúvidas sobre a vontade dos envolvidos, ele não é a melhor opção no que diz respeito ao estímulo que é dado as partes. Tratando-se de um instituto novo, o “*opt in*” diminui ainda mais a possibilidade de sua atuação, pois pressupõe que as partes conheçam a regra profundamente e optem, de fato, por utilizá-la no momento da assinatura da cláusula arbitral.

O instituto, portanto, se cercou de práticas que pudessem promover a vontade das partes de modo a protegê-las de imposições que não estivessem totalmente concatenadas com as suas escolhas. Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que a maior parte das câmaras analisadas dá às partes a livre escolha quanto à utilização do instituto ou a solicitação de medida de urgência junto ao

¹⁹ Regulamento da CCI, artigo 29(7).

²⁰ Regulamento da CCI, artigo 29(6).

²¹ Regulamento da CCI, artigo 29(7).

Poder Judiciário²². Assim, não há que se falar em afastamento da atuação do Poder Judiciário, visto que ainda que as partes tenham escolhido – seja por meio do “*opt out*” ou do “*opt in*” – se submeter às regras do árbitro de emergência, isso não impede que a parte demandante opte por pleitear a medida de urgência junto ao judiciário.

Em resumo, a questão da mitigação da autonomia de vontade nos parece estar mais ligada à uma postura receosa em relação ao novo procedimento do que à uma preocupação concreta. No entanto, tais questionamentos vão continuar surgindo por um tempo nessa fase inicial de implementação, principalmente em países que a arbitragem ainda está ganhando espaço.

4.4. Quando a solicitação de medidas de urgência junto à autoridade judicial pode ser mais eficaz?

Por fim, cabe tratar de algumas aparentes desvantagens do instituto do árbitro de emergência, que são pontos que podem levar as partes a optarem pelo requerimento da medida junto à autoridade judicial²³. Nesse ponto, a análise está mais ligada à natureza da medida em cada situação, se afastando das questões relativas aos receios quanto ao caráter inovador do instituto, já trazidas nos itens anteriores.

O primeiro fator que representa uma desvantagem do instituto quando comparado à autoridade judicial é o fato de que o árbitro não possui poder de coerção. Sendo assim, o árbitro de emergência não consegue impor sanções às

²²Segue redação do artigo nesse sentido: “As disposições sobre o árbitro de emergência não têm a finalidade de impedir que qualquer parte requeira medidas cautelares ou provisórias urgentes a qualquer autoridade judicial competente” (Regulamento da CCI – artigo 29.7).

²³ BORN, Gary. *International Commercial Arbitration* (Second Edition), 2014. Published in Kluwer Law International. Chapter 17: Provisional Relief in International Arbitration, p. 2560. O artigo 26(9) da UNCITRAL Model Law dispõe no sentido de que o ato de pedir medidas de urgência junto ao Poder Judiciário não corresponde a uma renúncia quanto à cláusula arbitral, deixando claro que essa seria uma escolha da parte. Redação do artigo 26(9) “a request for interim measures addressed by any party to a judicial authority shall not be deemed incompatible with the agreement to arbitrate, or as a waiver of that agreement.”

partes na hipótese de não cumprimento da ordem, enquanto à autoridade judicial pode facilmente tomar esse tipo de medida. Portanto, se por um lado o procedimento da arbitragem de emergência é mais célere, essa vantagem pode cair por terra se a medida em si for ineficaz para resguardar o direito pleiteado pela parte.

A falta de coerção por parte do árbitro causa também a impossibilidade de atuação sobre terceiros²⁴. Se o juiz, por um lado, atua em sua função pública podendo pedir a colaboração de terceiros envolvidos, o árbitro está impedido de ter esse tipo de atuação, pois a sua jurisdição envolve apenas aqueles que manifestaram desejo em participar desse método de resolução de disputas. Assim, caso a medida de urgência envolva algum tipo de solicitação a bancos, entidades financeiras ou agências, deverá ser requerida junto à autoridade judicial para alcançar a efetividade que se busca.

Por fim, é importante ressaltar a questão do custo do procedimento em questão. O custo para acionar o árbitro de emergência na CCI, por exemplo, é de US\$ 40.000²⁵, valor infinitamente superior aos custos processuais exigidos para uma cautelar no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por exemplo²⁶.

Essas questões ilustram os pontos da arbitragem de emergência, que podem justificar o acionamento do Poder Judiciário mesmo com a questão da morosidade. No entanto, esses pontos não descaracterizam a relevância do instituto uma vez que apenas apontam situações em que sua utilização pode não ser interessante. Não se trata, portanto, de falhas inerentes ao instituto em si, mas sim de uma ponderação quanto às circunstâncias de cada caso, que podem levar à utilização do instituto ou à opção de recorrer à autoridade judicial.

²⁴ Entrevista disponível em: <http://blogs.lexisnexis.co.uk/dr/emergency-arbitration-whats-it-all-about/>.

²⁵ Regulamento da CCI – Apêndice V, artigo 7.1

²⁶ O valor atual de uma cautelar nominada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é de R\$ 96,08 segundo a tabela de custas atualmente vigente. Disponível em: <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1042461/41.pdf>. Acesso em: 28.11.2016.

5. Aplicação prática do instituto

Conforme anteriormente ressaltado, existem regulamentos de câmaras arbitrais que já trazem a previsão do árbitro de emergência, de modo a possibilitar uma análise mais profunda acerca do funcionamento desse instituto. Para tanto, trataremos, no âmbito internacional, da CCI – Câmara de Comércio Internacional, câmara mundialmente reconhecida pela prática arbitral. Posteriormente, faremos uma análise da maneira como esse instituto está delineado nos regulamentos das três câmaras brasileiras que já o adotam.

5.1. CCI – Câmara de Comércio Internacional

A Câmara de Comércio Internacional está sediada em Paris e é uma das câmaras arbitrais mais relevantes do mundo, atuando em uma série de conflitos de diferentes naturezas.²⁷ O instituto do árbitro de emergência foi inserido no regulamento da CCI no ano de 2012²⁸ e está disposta em seu artigo 29 e no apêndice V:

Artigo 29 - Árbitro de emergência - 1. A parte que necessitar de uma medida urgente cautelar ou provisória que não possa aguardar a constituição de um tribunal arbitral (“Medidas Urgentes”) poderá requerer tais medidas nos termos das Regras sobre o Árbitro de Emergência dispostas no Apêndice V. Tal solicitação só será aceita se recebida pela Secretaria antes da transmissão dos autos ao tribunal arbitral nos termos do artigo 16 e independentemente do fato de a parte que requerer a medida já ter apresentado seu Requerimento de Arbitragem. 2. A decisão do árbitro de emergência

²⁷ Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/about-icc/organization/dispute-resolution-services/icc-international-court-of-arbitration/>> Acesso em 28.11.2016.

²⁸ O prefácio do Regulamento de Arbitragem da CCI faz referência à versão de 2012, pontuando, inclusive, que essa versão traz uma série de inovações, dentre elas, o árbitro de emergência. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/Products-and-Services/Arbitration-and-ADR/Arbitration/Rules-of-arbitration/Download-ICC-Rules-of-Arbitration/ICC-Rules-of-Arbitration-in-several-languages/>> . Acesso em: 28.11.2016.

tomará a forma de uma ordem. As partes se comprometem a cumprir qualquer ordem proferida pelo árbitro de emergência. 3. A ordem do árbitro de emergência não vinculará o tribunal arbitral no que tange a qualquer questão, tema ou controvérsia determinada em tal ordem. O tribunal arbitral poderá alterar, revogar ou anular uma ordem ou qualquer modificação a uma ordem proferida pelo árbitro de emergência. (...) ²⁹.

O artigo 29 trata, portanto, de hipóteses em que a urgência inerente ao procedimento justifica a requisição de uma medida que seja anterior à jurisdição do tribunal arbitral. Ressalta, ainda, que a decisão proferida vincula as partes, mas não vinculará o tribunal arbitral posteriormente formado, que poderá alterar, revogar ou anular a ordem concedida ³⁰.

Para além das disposições básicas do artigo, o regulamento demonstra também preocupação com questões acerca da aplicabilidade do instituto. Tal preocupação é relevante do ponto de vista da autonomia de vontade das partes, conforme já explorado nos aspectos conceituais. Veja-se, portanto, o item 6 do artigo 29 das Regras de Arbitragem da CCI:

6. As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não são aplicáveis quando: a) a convenção de arbitragem que preveja a aplicação do Regulamento foi concluída antes da data de entrada em vigor do Regulamento; b) as partes tiverem convencionado excluir a aplicação das Disposições sobre o Árbitro de Emergência; ou c) as partes tiverem convencionado a aplicação de algum outro procedimento pré-arbitral o qual preveja a possibilidade de concessão de medidas cautelares, provisórias ou similares. ³¹

O artigo em questão deixa claro, em primeiro lugar, que o instituto somente será aplicável nas hipóteses em que as convenções de arbitragem tenham sido celebradas após a entrada em vigor do artigo 29, que aconteceu no ano de 2012. Isso significa que ainda que os conflitos em questão surjam depois de 2012, as partes somente poderão recorrer ao árbitro de emergência caso a celebração daquela cláusula arbitral seja também posterior a data da entrada em vigor.

²⁹ Regulamento da CCI, artigo 29.

³¹ Regulamento da CCI – artigo 29.3.

Ainda, o artigo 29.6.b traz a possibilidade de as partes terem afastado a aplicação do árbitro de emergência. Esse procedimento, contudo, deve ser feito na cláusula arbitral de maneira expressa, de modo a não deixar dúvidas quanto à afastabilidade desse instituto. O regulamento da CCI traz, como exemplo, um modelo de cláusula arbitral a ser utilizado em situações que as partes desejem expressamente afastar o árbitro de emergência:

Arbitragem sem árbitro de emergência

Se as partes não desejarem que as Disposições sobre o Árbitro de Emergência se apliquem, elas devem assim dispor expressamente, acrescentando o seguinte texto à cláusula supra:

As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não se aplicarão.
(Regulamento da CCI – cláusulas de arbitragem; *Website CCI/Árbitro de Emergência/Standard Clauses*) (grifei)³².

Portanto, o regulamento é claro ao afirmar que, em cláusulas arbitrais celebradas após a data de vigência do artigo 29, o árbitro de emergência teria sua aplicação imediata em caso de silêncio das partes. A regra, portanto, é da aplicação do instituto, sendo o seu afastamento uma exceção que somente poderá ser levada em consideração em caso de manifestação expressa de vontade das partes.

Por fim, o artigo 29.6.c traz a última hipótese de inaplicabilidade do instituto, que seria nos casos em que as partes convencionam outra maneira de requerer medidas de urgência. Tal convenção também deve ser feita por escrito, indicando expressamente que caso as partes necessitem de cautelares, irão recorrer a um meio específico. Um exemplo desse tipo de convenção seria quando as partes elegem, na cláusula arbitral, um foro judicial específico para tratar de possíveis medidas de urgência. Vale ressaltar, no entanto, que tal disposição deve ser absolutamente clara e de fato mencionar que trata de medidas de urgência.

Para além das hipóteses de não incidência, cabe ainda a análise do artigo 29.7 do regulamento. Tal artigo determina que “as disposições sobre o árbitro de emergência não têm a finalidade de impedir que qualquer parte requeira medidas cautelares ou provisórias urgentes a qualquer autoridade judicial competente”

³² Regulamento da CCI - artigo 29.6.b. Disponível em http://www.icc-portugal.com/images/documentos/comissao_de_arbitragem/Arbitragem-Mediacao.pdf p. 68.

(grifei)³³. A regra em questão, contudo, se aplica ao momento anterior à aplicação do instituto, em que as partes podem optar livremente por recorrer ao Poder Judiciário. O dispositivo é cabível em um momento posterior apenas em circunstâncias específicas, como as hipóteses de inaplicabilidade elencadas no 29 (6).

Portanto, não há vedação em pedir cautelares para o Poder Judiciário desde que isso seja feito antes do acionamento árbitro de emergência ou depois, desde que dentro das situações específicas. A vinculação, contudo, se dá a partir do momento em que a parte aciona a arbitragem de emergência e não resta configurada nenhuma das hipóteses de afastamento, momento em que a parte demandada estará obrigada a cumprir a ordem proferida³⁴. Em resumo, vemos que o instituto do árbitro de emergência na CCI é um tanto quanto novo, mas já se apresenta muito bem delineado principalmente no que diz respeito às suas hipóteses de não incidência. A análise do artigo 29 possibilita concluir que houve uma grande preocupação com a identificação dessas hipóteses, de modo a exigir que a manifestação contra o uso do árbitro de emergência deva ser clara e expressa.

5.2. CAMFIEP – Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação de Indústrias do Paraná

Após analisar o artigo do árbitro de emergência na CCI, será feita uma breve análise desse instituto nas câmaras brasileiras que já o adotaram. Assim, será possível fazer uma comparação entre esses regulamentos buscando apontar seus aspectos semelhantes ou distintos.

As disposições acerca do árbitro de emergência se encontram nos artigos 7º e 8º do regulamento da CAMFIEP. Assim como no regulamento da CCI, o artigo 7.3 da CAMFIEP afirma que uma vez constituído o tribunal arbitral, ele não estará

³³ Regulamento da CCI – artigo 29.7

³⁴ Regulamento de Arbitragem da CCI - artigo 29.2.

vinculado a concordar com a ordem expedida pelo árbitro de emergência, podendo alterar, revogar ou tornar a medida sem efeito³⁵.

Ainda, o artigo 7.5 do regulamento da CAMFIEP dispõe que as partes devem ser manifestar expressamente caso queiram excluir a aplicação do árbitro de emergência. No entanto, apesar de haver disposição nesse sentido, o artigo seguinte do regulamento (7.6) pondera que a ausência de manifestação expressa quanto à exclusão da arbitragem de emergência não impossibilita que as partes demandem medidas de urgência no judiciário³⁶. Sobre esse ponto, se retornarmos a análise do regulamento da CCI, vemos que também há disposição nesse sentido, afirmando que as partes podem optar por outra maneira de obter medidas urgentes desde que isso seja feito antes de acionar o árbitro de emergência. Vejamos o artigo 29.7 do regulamento da CCI:

As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não têm a finalidade de impedir que qualquer parte requeira medidas cautelares ou provisórias urgentes a qualquer autoridade judicial competente a qualquer momento antes de solicitar tais medidas e, em circunstâncias apropriadas, até mesmo depois de tal solicitação, nos termos do Regulamento.³⁷ (grifei).

No que diz respeito ao tratamento dado a esse ponto pelo Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP, vejamos o artigo 7.6:

7.6. A ausência da exclusão prevista no item 7.5 deste Regulamento não impedirá a Parte interessada de requerer ao órgão judiciário competente as medidas urgentes necessárias anteriormente à instituição da Arbitragem nem dará ao demandado o direito de obter a extinção da medida judicial, cabendo sempre ao demandante da medida optar livremente, em cada caso, por requerê-la ao Árbitro de Emergência ou ao órgão judicial.³⁸ (grifei).

Em regra, ambos os regulamentos aplicam a mesma lógica, dado que afirmam que é possível requerer medidas cautelares junto ao judiciário se a parte

³⁵ Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP – artigos 7 e 7.3

³⁶ Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP - artigos 7.5 e 7.6.

³⁷ Regulamento de Arbitragem da CCI – artigo 29.7.

³⁸ Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP – artigo 7.6.

assim desejar. No entanto, há uma análise possível quanto à diferença da redação das duas cláusulas.

Enquanto a cláusula da CCI afirma que “o instituto do árbitro de emergência não tem a finalidade de impedir o requerimento à autoridade judicial”³⁹, a cláusula da CAMFIEP afirma que “o demandante da medida pode optar livremente em cada caso”⁴⁰. Se a regra da CCI visa deixar claro que a autoridade judicial não está afastada na utilização do árbitro de emergência, a regra da CAMFIEP diz expressamente que a parte é livre para optar pela não utilização do instituto. A diferença, portanto, pode ser meramente quanto à linguagem, mas não deixa de apontar para o fato de que a vinculação ao instituto parece ser menor no regulamento brasileiro.

Tal impressão pode ser por conta do tratamento dado à arbitragem no Brasil, que, embora crescente, ainda não é tão estabelecida quando comparado a outros países. Dessa forma, ao escolher uma linguagem que deixa claro que a parte está totalmente livre para optar ou não pelo instituto, o regulamento adota uma postura mais conservadora, ainda buscando certa deferência ao Poder Judiciário e, de certa forma, diminuindo a autonomia do procedimento arbitral.

5.3. CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado

A Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), também conhecida como Câmara Bovespa, consiste em um ambiente de resolução de conflitos voltado para temas relacionados ao mercado de capitais de maneira geral⁴¹. O regulamento da CAM traz, em seu artigo 5.1, regulamentação acerca de medidas de urgência solicitadas antes da constituição do tribunal arbitral, o denominado “Árbitro de Apoio”.

³⁹ Regulamento de Arbitragem da CCI – artigo 29.7.

⁴⁰ Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP – artigo 7.6.

⁴¹ Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/camara-de-arbitragem-do-mercado-cam/sobre-a-cam/.

Segundo disposição do regulamento, o Árbitro de Apoio somente decidirá sobre a questão após a manifestação da parte demandada⁴², regra que também é observada no regulamento da CAMFIEP⁴³. Já o regulamento da CCI, por outro lado, não possui previsão acerca da obrigatoriedade de manifestação da parte, limitando-se apenas a mencionar que a ordem deve ser dada dentro do menor prazo possível, observando a questão da urgência, e assegurando às partes a oportunidade de expor suas alegações⁴⁴.

Outro ponto interessante do regulamento da CAM é o artigo 5.1.3, que trata das hipóteses de atuação do árbitro de emergência. Segundo o dispositivo em questão, o árbitro de emergência somente pode atuar no procedimento arbitral na hipótese de as partes terem expressado previamente esse desejo na convenção de arbitragem. É como se vê na literalidade do artigo:

“5.1.3 O Árbitro de Apoio somente poderá ser acionado se a convenção de arbitragem contiver previsão expressa quanto à sua atuação. Caso contrário, a parte deverá requerer diretamente ao Poder Judiciário as medidas conservatórias necessárias à prevenção de dano irreparável ou de difícil reparação, e tal proceder não será considerado renúncia à arbitragem. (Regulamento da CAM – artigo 5.1.3) (grifei)⁴⁵”

Assim, enquanto o regulamento da CCI e da CAMFIEP tratam de um “*opt out*” para afastar o instituto, vemos que a CAM age em sentido contrário, exigindo, na realidade um “*opt in*”. O Árbitro de Apoio, portanto, somente poderá ser utilizado se as partes estiverem cientes de sua existência á época da elaboração da cláusula arbitral de modo a fazer expressa menção à utilização desse instituto. Não se trata, portanto, de uma adesão do instituto no momento em que as partes aderem ao próprio regulamento da CAM.

Quanto à possibilidade de requerer essas medidas junto ao Poder Judiciário, é evidente que ela é ainda mais acentuada no caso do regulamento da CAM⁴⁶. Se nas outras câmaras analisadas as partes têm a faculdade de escolher entre a

⁴² Regulamento de Arbitragem da CAM – artigo 5.1.

⁴³ Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP – artigo 8.3.

⁴⁴ Regulamento de Arbitragem da CCI – apêndice V, artigo 2º.

⁴⁵ Regulamento de Arbitragem da CAM – artigo 5.1.3

⁴⁶ Regulamento de Arbitragem da CAM – artigo 5.1.3

arbitragem de emergência e a autoridade judicial, no caso da CAM não há sequer a possibilidade de escolha caso as partes não tenham feito menção expressa ao instituto na cláusula arbitral.

5.4. CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem

O CBMA é uma câmara de arbitragem e mediação localizada no Rio de Janeiro que sedia, entre outras disputas, questões de direito desportivo⁴⁷. Assim, além de seu regulamento arbitral tradicional, o CBMA possui também um regulamento específico para a arbitragem esportiva, atuando como uma segunda instância de decisões proferidas por entidades do esporte⁴⁸.

O regulamento esportivo do CBMA trata do tema de tutelas provisórias em seu artigo 3º. Nesse sentido, o artigo 3.1 determina que no caso de solicitação de tutelas provisórias anteriores à constituição do tribunal arbitral, deverá ser nomeado pela câmara um árbitro de emergência. É como se vê:

3.1. Caberá pedido de tutela provisória, de caráter cautelar ou antecipatório, tanto antes como depois da formação do Tribunal Arbitral. Caso o pedido seja formulado antes da formação do Tribunal Arbitral, será nomeado árbitro de emergência pelo CBMA, nos termos deste Regulamento. Após a sua formação, a competência para confirmação, revogação ou apreciação dos pedidos de tutela provisória ficará a cargo do Tribunal Arbitral.⁴⁹

A aplicação do instituto, contudo, difere do que foi visto nas demais câmaras arbitrais analisadas na medida em que, no caso do regulamento esportivo, a nomeação do árbitro de emergência não é uma mera faculdade das partes. De acordo com o artigo 3.4 do regulamento, as partes que se submetem às regras do Regulamento de Arbitragem Esportiva não podem pleitear medidas de urgência

⁴⁷ Disponível em: <http://www.cbma.com.br/>. Acesso em 28.11.2016

⁴⁸ Descrição do preâmbulo do Regulamento Esportivo do CBMA, disponível em: http://www.cbma.com.br/regulamento_arbitragem_esportiva. Acesso em 28.11.2016.

⁴⁹ Regulamento de Arbitragem Esportiva do CBMA – artigo 3.1.

perante o Poder Judiciário. É o que se depreende da leitura do artigo 3.4 do regulamento:

3.4. Ao submeter o conflito ao presente Regulamento de Arbitragem Esportiva, as Partes automaticamente renunciam a possibilidade de requerer tais medidas perante o Poder Judiciário⁵⁰ (grifei).

Logo, vemos que árbitro de emergência apresentado pelo Regulamento de Arbitragem Esportiva do CBMA não apresenta a opção de “*opt out*” vista em outros regulamentos. O artigo 3.4 elimina qualquer margem de escolha em relação à não aplicação do instituto, de modo a trazer o árbitro de emergência como a única possibilidade de requerimento de medidas de urgência antes da constituição do tribunal arbitral.

Tal escolha por parte da câmara se justifica em razão da temática tratada pelo Regulamento de Arbitragem Esportiva. O Estatuto da FIFA expõe claramente em seu artigo 68⁵¹ que as disputas que venham a surgir e não sejam dirimidas pelas confederações e entidades competentes devem ser direcionadas ao “CAS – Court of Arbitration for Sport”, câmara arbitral localizada na Suíça. Essa determinação visa afastar a atuação das cortes de justiça comum⁵² em litígios dessa natureza, de modo a estimular que sejam levados para as cortes arbitrais, seja para o CBMA no caso brasileiro ou para a CAS no caso de diversos outros países.

Em resumo, vemos que o instituto do árbitro de emergência, embora tenha a mesma função de uma forma geral, está delineado de diferentes maneiras nas câmaras analisadas. Vale ressaltar que a escolha da CCI como parâmetro internacional se deu devido à sua importância no meio arbitral, mas há diversas outras câmaras arbitrais que já adotaram esse instituto, como a SIAC – *Singapore*

⁵⁰ Regulamento de Arbitragem Esportiva do CBMA – artigo 3.4.

⁵¹ Redação do artigo 68 do Estatuto da FIFA “The Confederations, Members and Leagues shall agree to recognise CAS as an independent judicial authority and to ensure that their members, affiliated Players and Officials comply with the decisions passed by CAS. The same obligation shall apply to intermediaries and licensed match agents”

⁵² AIDAR, Carlos Miguel. Entrevista concedida ao Migalhas em 9 de janeiro de 2014.

*International Arbitration Centre*⁵³; SCC – *Stockholm Chamber of Commerce*⁵⁴; AAA – *American Arbitration Association*⁵⁵; BAC – *Beijing Arbitration Commission*⁵⁶.

6. Proposta de regulamentação do instituto no cenário brasileiro

Até o presente momento, foram feitas análises de alguns regulamentos arbitrais que apresentam o instituto do árbitro de emergência, considerações acerca de alguns desafios que podem surgir em sua implementação e elucidações no que diz respeito às suas hipóteses de utilização. Esse último capítulo apresentará uma proposta de regulamentação do árbitro de emergência para uma câmara arbitral brasileira. Tal proposta levará em consideração toda a análise feita ao longo do artigo bem como as peculiaridades do cenário brasileiro já vistas para a implementação do instituto.

Primeiramente, cabe chegar a uma conclusão sobre o melhor modelo de nomeação do árbitro de emergência. Nesse aspecto, o mais interessante seria a nomeação partir sempre da câmara arbitral, podendo ela escolher entre a lista do corpo de árbitros de acordo com sua disponibilidade. Acredito ser importante incluir, sobre esse tema, que o árbitro indicado para conceder a medida de urgência não poderá posteriormente integrar o tribunal arbitral, de modo a dar mais garantia de imparcialidade no momento de proferir a decisão final.

O segundo ponto que deve ser observado é a natureza da decisão proferida pelo árbitro de emergência. Sobre esse ponto não é necessário haver muita deliberação, pois é certo que ela não pode ter forma de sentença arbitral, e sim de uma ordem e não vinculará o tribunal arbitral posteriormente de nenhuma maneira.

⁵³ SIAC - Rules of Arbitration – Anexo I, artigo 1.

⁵⁴ SCC - Stockholm Arbitration Rules– Appendix II.

⁵⁵ AAA – Commercial Arbitration Rules and Mediation Proceedings – R38.

⁵⁶ BAC - Beijing Arbitration Commission - Arbitration Rules - Article 63.

Outro aspecto que merece destaque é a questão do contraditório das partes, que em alguns regulamentos passa a acontecer somente após o deferimento da medida. Tal problema é aumentado quando olhamos para a perspectiva brasileira, já que, conforme já visto, as regras de arbitragem devem estar em consonância com os princípios processuais vigentes. Dessa forma, acredito ser mais prudente, dada a nossa realidade, fixar um prazo de 48 horas para a parte demandada se manifestar após o pedido da medida de urgência. Após essa manifestação, o árbitro teria novas 48 horas para proferir a ordem.

Em relação à aplicabilidade do instituto, é importante analisar as implicações relacionadas à escolha do “*opt out*” ou “*opt in*”. Pensando na realidade brasileira, em que a arbitragem está ainda ganhando espaço e tem algumas dificuldades em se desassociar do Poder Judiciário, parece, a princípio, que o “*opt in*” seria a opção mais adequada. Essa escolha afastaria toda e qualquer questão de mitigação da autonomia de vontade, dado que a manifestação deve ser expressa no sentido de optar pela utilização do instituto.

Por outro lado, não se pode deixar de notar que se a adoção do “*opt in*” evita alguns problemas, ela também não estimula a utilização do instituto, dado que o desconhecimento acerca do instituto resultará em um uso bastante mitigado. Com a exigência do “*opt in*”, as partes ficam impossibilitadas de conhecer o instituto ao se depararem com uma situação de urgência, pois elas somente podem recorrer à arbitragem de emergência quando afirmarem expressamente essa pretensão.

Em outro sentido, parece evidente que a realidade brasileira também não comporta a ideia de aplicação retroativa do instituto, ou seja, a possibilidade de aplicar o árbitro de emergência sem manifestação expressa das partes para contratos que contenham cláusulas arbitrais anteriores à vigência do instituto. Tal medida está presente, por exemplo, no regulamento da câmara de Estocolmo, que dispõe no sentido de que as regras da câmara, incluindo as novas regras do

árbitro de emergência, são aplicáveis sobre qualquer cláusula arbitral que tenha se submetido ao regulamento arbitral da SCC.⁵⁷

A opção mais acertada, portanto, é pedir às partes que não desejam aderir ao novo instituto que se manifestem expressamente, realizando o chamado “*opt out*”. Tal escolha estimula o uso ou ao menos o conhecimento acerca do instituto, que deve ser acompanhado de grande divulgação da parte das câmaras arbitrais até mesmo para as partes terem conhecimento da sua possibilidade de optar pela não adesão. Ainda, é importante que esse regulamento faça menção expressa à faculdade da parte demandada em escolher o instituto ou a autoridade judicial, deixando claro que a aplicação do árbitro de emergência não afasta a intenção de requerer essa medida junto ao judiciário⁵⁸.

Dessa forma, importante incluir nesse regulamento menção expressa ao fato de que as disposições da arbitragem de emergência não excluem, em nenhuma medida, a apreciação das medidas de urgência pelo Poder Judiciário. Ainda, tal escolha não representaria renúncia à convenção arbitral. É citar, nesse ponto, o artigo 29.7 do Regulamento da CCI, cuja redação é bastante acertada:

7. As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não têm a finalidade de impedir que qualquer parte requeira medidas cautelares ou provisórias urgentes a qualquer autoridade judicial competente a qualquer momento antes de solicitar tais medidas e, em circunstâncias apropriadas, até mesmo depois de tal solicitação, nos termos do Regulamento. Qualquer requerimento de tais medidas a uma autoridade judicial competente não será considerado como infração ou renúncia à convenção de arbitragem. Quaisquer pedidos e medidas adotadas pela autoridade judicial deverão ser notificados sem demora à Secretaria.⁵⁹ (grifei).

Por fim, cabe tratar da questão da impugnação do árbitro de emergência. A regra é indispensável por se tratar de um direito das partes e de uma maneira de resguardá-las em hipóteses em que o árbitro em questão não pode atuar com

⁵⁷ SCC - Stockholm Arbitration Rules – p.2. Disponível em: http://www.sccinstitute.com/media/40120/arbitrationrules_eng_webbversion.pdf. Acesso em 28.11.2016

⁵⁸ Conforme artigo 7.6 do Regulamento da CAMFIEP.

⁵⁹ Regulamento da CCI – artigo 29.7

imparcialidade. Considerando a urgência inerente à medida, acredito ser acertado o prazo de 72 horas para que a parte contrária proceda com a impugnação após a sua notificação.

As demais regras seriam questões meramente procedimentais, relacionadas aos documentos que devem ser entregues, custos entre outros aspectos. Portanto, as principais considerações acerca do instituto são aquelas que dizem respeito à maneira como ele está delineado, já expostas ao longo dos parágrafos acima.

Em resumo, a conclusão que se chega é que a proposta ideal de regulamentação se assemelha em muitos pontos às regras da CCI, tendo o diferencial de (i) usar uma linguagem mais direta ao falar da possibilidade de recorrência à autoridade judicial e (ii) incluindo, de maneira imprescindível, a notificação e abertura de prazo para a parte demandada se manifestar antes da concessão da ordem.

7. Conclusão

Partindo das considerações feitas ao longo do artigo, vemos que o instituto do árbitro de emergência traz uma série de inovações para o cenário da arbitragem. Tais inovações, contudo, podem acabar por encontrar alguns percalços e resistência, conforme ficou demonstrado.

A ideia que se deve ter em mente, no entanto, é que o árbitro de emergência surge como uma alternativa para a concessão de medidas de urgência e apresenta vantagens como celeridade e autonomia do procedimento arbitral. Contudo, a pretensão do instituto não é substituir por completo o requerimento de medidas de urgência à autoridade judicial, mesmo porque existem situações, conforme exposto, em que essa escolha pode não ser interessante. O objetivo do instituto é meramente oferecer mais uma opção para as partes, que deve ser analisada a cada caso para que se conclua acerca de sua utilização ou não.

Portanto, a proposta de regulamentação do instituto reflete, ao mesmo tempo, a necessidade de crescimento da arbitragem de emergência no Brasil e a adequação do instituto à nossa realidade. Tal ponderação deve ser feita para que o país não fique atrás em termos de inovação no cenário arbitral na mesma medida em que não deixa de se ater às nossas peculiaridades.

A conclusão que se chega, portanto, é que o instituto do árbitro de emergência não surge como uma fórmula infalível para resolver as questões das medidas de urgência antes da constituição do tribunal arbitral em sua totalidade. Como toda escolha, o instituto tem seus prós e contras, cabendo às partes envolvidas optar, em cada situação, pela medida que melhor lhe cabe.

Em suma, não há como ignorar a presença crescente do novo instituto, que ainda vai ganhar cada vez mais espaço na arbitragem. Cabe, portanto, a tentativa de harmonizar essas inovações com as questões internas de cada ordenamento jurídico, tentando promover um diálogo necessário entre as novidades trazidas e o cenário atual da arbitragem no Brasil.

8. Referências Bibliográficas

AIDAR, Carlos Miguel. CBF deve impedir uso da Justiça comum para questões esportivas Entrevista concedida ao site Migalhas em 9 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI193283,31047-CBF+deve+impedir+uso+da+Justica+comum+para+questoes+esportivas+afirma>>.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Tratado geral de arbitragem**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000. p.

ÁUSTRIA. UNCITRAL. United Nations Commission On International Trade Law. Model Law on International Commercial Arbitration (1985), 2006 revisions. Viena, 2006. Disponível em: <http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/1985Model_arbitration.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BORN, Gary. **International Commercial Arbitration** (Second Edition), 2014. Published in Kluwer Law International. Chapter 17: Provisional Relief in International Arbitration, p. 2433 p. 2560

BRASIL. BM&FBovespa. Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. São Paulo, 29.09.2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/camara-de-arbitragem-do-mercado-cam/regulamentacao/>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. CAMFIEP. Regulamento de Arbitragem e Mediação da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Paraná, 2016. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/para-empresas/camara-de-arbitragem/regulamento-camfiep-2015-1-20704-297454.shtml>>. Acesso em: 27 nov.2016.

BRASIL. CBMA. Regulamento de Arbitragem Esportiva do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.cbma.com.br/regulamento_arbitragem_esportiva>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 9307, de 23.09.1996. *Lei de Arbitragem*. Brasília,1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm> Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental em contrarrazões n.º 7.613-4. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília. Acórdão de 03.04.97.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2015.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96**. 2.edição – São Paulo: Atlas, 2007.

CHINA. BAC. *Beijing Arbitration Commission. Arbitration Rules*. Pequim, 01.04.2015. Disponível em: < http://www.bjac.org.cn/english/page/zc/guize_en.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CLIFFORD, Philip. Emergency arbitration—what's it all about? In **Blog LexisNexis – Dispute Resolution**. October, 2013.

ESTADOS UNIDOS. AAA. *American Arbitration Association. Commercial arbitration rules and mediation proceedings*. New York, 01.10.2013. Disponível em: https://www.adr.org/aaa/ShowProperty?nodeId=/UCM/ADRSTG_004103&revision=latestreleased>. Acesso em: 27 nov. 2016.

FICHTNER, José Antonio. **Novos temas de arbitragem**. José Antonio Fichtner, Sergio Nelson Mannheimer, André Luis Monteiro. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANÇA. CCI. Câmara de Comércio Internacional. Regulamento de Arbitragem da CCI. Paris, 2012. Disponível em: < <http://www.iccwbo.org/Products-and-Services/Arbitration-and-ADR/Arbitration/Rules-of-arbitration/Download-ICC-Rules-of-Arbitration/ICC-Rules-of-Arbitration-in-several-languages/>>. Acesso em 27 nov. 2016.

ITÁLIA. FIFA. Estatuto da FIFA. Roma, 06.06.90. Disponível em: <http://itabi.infonet.com.br/fsf/images/legislacao/estatuto_fifa.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

LEVITINAS, Marcelo & FERREIRA, A arbitragem de emergência como alternativa para solução de medidas urgentes na jurisdição privada. In **Migalhas**. Disponível em www.migalhas.com.br em 09 de outubro de 2015.

MAGALHÃES, José Carlos de. A tutela Antecipada no processo arbitral. In **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, RT, v. 4, p. 11-20, Jan/Mar 2005.

PEREIRA, José Luiz Parra & GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Tutelas provisórias e medidas de urgência na arbitragem. In **Revistas Magister de Direito Civil e Processual Civil nº 73 – Jul-Ago/2016**.

SINGAPURA. SIAC. *Singapore International Arbitration Centre*. Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem Internacional de Singapura. Singapura, 01.08.2016. Disponível em: <
<http://www.siac.org.sg/images/stories/articles/rules/2016/SIAC%20Rules%202016%20-%20Portuguese%20version.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2016.

SUÍÇA. SCC. *Stockholm Chamber of Commerce. Arbitration rules of the arbitration institute of the Stockholm chamber of commerce*. Estocolmo, 01.01.2010. Disponível em: <
http://www.sccinstitute.com/media/40120/arbitrationrules_eng_webbversion.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

VERÇOSA, Fabiane, MUNIZ, Joaquim de Paiva, PANTOJA, Fernanda Medina, REZENDE DE ALMEIDA, Diogo. **Arbitragem e Mediação – Temas controvertidos**. Rio de Janeiro: Forense, *outubro de 2014*. Capítulo 4 – Medidas judiciais necessárias à solução de controvérsias antes e durante à arbitragem - p. 69

I. Apêndice - Proposta de regulamentação do árbitro de emergência

Artigo X – Árbitro de Emergência

X.1. Será cabível pedido de medida de urgência pela parte que possuir direito que não possa esperar a constituição do tribunal arbitral por meio da arbitragem de emergência, nos termos desse regulamento.

X.2. A decisão proferida pelo árbitro de emergência terá a forma de uma ordem, a qual as partes se comprometem a cumprir integralmente.

X.3. O árbitro de emergência será nomeado pela câmara devendo estar presente na lista de árbitros à ela vinculados. Depois da nomeação, o árbitro de emergência terá jurisdição apenas no tocante à medida de urgência, não podendo, posteriormente, ser parte do tribunal arbitral naquela disputa. Após a formação do tribunal, os árbitros que o compuserem serão competentes para modificar, revogar ou anular a ordem.

X.4. A impugnação do árbitro de emergência deverá ser feita pela parte demandada dentro do prazo de 72 horas a contar do momento do recebimento da notificação das partes.

X.4. A solicitação de utilização do árbitro de emergência deverá ser encaminhada à secretaria contendo sua justificativa no que diz respeito ao (i) risco de dano irreparável ou de difícil reparação e (ii) prova inequívoca ou verossimilhança das alegações.

X.5. Após o recebimento do pedido pela secretaria, a parte demandada será intimada a manifestar-se quanto ao pedido de urgência em um prazo de 48 horas.

Após a manifestação, os autos serão enviados ao árbitro de emergência que terá outras 48 horas para apresentar sua decisão quanto ao pedido.

X.6. As previsões sobre o árbitro de emergência serão aplicáveis, exceto se:

- (a) A convenção de arbitragem celebrada pelas partes for anterior às novas regras do árbitro de emergência;
- (b) Houver manifestação expressa das partes, na cláusula arbitral, quanto ao seu desinteresse na utilização do instituto, mediante o uso das palavras “as regras acerca do árbitro de emergência não serão aplicáveis”.

X.7. As partes são livres para pleitear medidas de urgência junto ao judiciário se assim acharem conveniente, seja antes ou depois da constituição do tribunal arbitral. Essa escolha não implica renúncia quanto ao regulamento arbitral ou quanto às demais regras do presente regulamento.

II. Anexo – Dispositivos do árbitro de emergência nos regulamentos analisados

Regulamento de Arbitragem da CCI

Artigo 29 - Árbitro de emergência

1. A parte que necessitar de uma medida urgente cautelar ou provisória que não possa aguardar a constituição de um tribunal arbitral (“Medidas Urgentes”) poderá requerer tais medidas nos termos das Regras sobre o Árbitro de Emergência dispostas no Apêndice V. Tal solicitação só será aceita se recebida pela Secretaria antes da transmissão dos autos ao tribunal arbitral nos termos do artigo 16 e independentemente do fato de a parte que requerer a medida já ter apresentado seu Requerimento de Arbitragem.

2. A decisão do árbitro de emergência tomará a forma de uma ordem. As partes se comprometem a cumprir qualquer ordem proferida pelo árbitro de emergência.

3. A ordem do árbitro de emergência não vinculará o tribunal arbitral no que tange a qualquer questão, tema ou controvérsia determinada em tal ordem. O tribunal arbitral poderá alterar, revogar ou anular uma ordem ou qualquer modificação a uma ordem proferida pelo árbitro de emergência.

4. O tribunal arbitral decidirá qualquer pedido ou demanda das partes relativo ao procedimento do árbitro de emergência, inclusive a realocação dos custos de tal procedimento e qualquer demanda relativa a ou em conexão com o cumprimento ou não da ordem.

5. Os artigos 29(1)-29(4) e as Regras sobre o Árbitro de Emergência previstas no Apêndice V (coletivamente as “Disposições sobre o Árbitro de Emergência”) serão aplicáveis apenas às partes signatárias, ou seus sucessores, da convenção de arbitragem, que preveja a aplicação do Regulamento e invocada para o requerimento da medida.

6. As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não são aplicáveis quando:

- a) a convenção de arbitragem que preveja a aplicação do Regulamento foi concluída antes da data de entrada em vigor do Regulamento;
- b) as partes tiverem convencionado excluir a aplicação das Disposições sobre o Árbitro de Emergência; ou
- c) as partes tiverem convencionado a aplicação de algum outro procedimento pré-arbitral o qual preveja a possibilidade de concessão de medidas cautelares, provisórias ou similares.

7. As Disposições sobre o Árbitro de Emergência não têm a finalidade de impedir que qualquer parte requeira medidas cautelares ou provisórias urgentes a qualquer autoridade judicial competente a qualquer momento antes de solicitar tais medidas e, em circunstâncias apropriadas, até mesmo depois de tal solicitação, nos termos do Regulamento. Qualquer requerimento de tais medidas a uma autoridade judicial competente não será considerado como infração ou renúncia à convenção de arbitragem. Quaisquer pedidos e medidas adotadas pela autoridade judicial deverão ser notificados sem demora à Secretaria.⁶⁰

⁶⁰ O apêndice V do Regulamento de Arbitragem da CCI está disponível em: <http://www.iccwbo.org/Products-and-Services/Arbitration-and-ADR/Arbitration/Rules-of-arbitration/Download-ICC-Rules-of-Arbitration/ICC-Rules-of-Arbitration-in-several-languages/>. Acesso em 28.11.2016

Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP

SEÇÃO II – ARBITRAGEM DE EMERGÊNCIA

Art. 7º – Árbitros de Emergência

7.1. A CAMFIEP manterá um corpo permanente de Árbitros de Emergência à disposição das Partes, com o objetivo de atender às solicitações de medidas de urgência requeridas antes da instituição da Arbitragem e que não possam aguardar pela constituição de Tribunal Arbitral para serem apreciadas.

7.2. O corpo de Árbitros de Emergência conterà no mínimo 5 (cinco) Árbitros, designados mediante adesão voluntária dentre os membros da lista de Árbitros da CAMFIEP, devendo estar disponíveis para atuar na cidade de Curitiba (PR) ou, se for o caso, por via remota. Poderá ser designada para atuar como Árbitro de Emergência pessoa integrante da lista de Árbitros que não esteja especificamente relacionada no corpo de Árbitros de Emergência, desde que confirme a sua disponibilidade.

7.3. O Árbitro que apreciar o pedido de medida urgente em regime de Arbitragem de Emergência ficará impedido de atuar como Árbitro único ou integrante do Tribunal Arbitral que julgará o litígio relativo à medida urgente ou litígio conexo constituído na forma do art. 13 do presente Regulamento. Uma vez constituído o Tribunal Arbitral, este poderá revogar, anular ou tornar sem efeito a medida urgente anteriormente concedida, bem como realocar os custos da Arbitragem de Emergência.

7.4. Os Árbitros de Emergência serão remunerados em montante fixo determinado pelo Conselho Diretor da CAMFIEP na forma da Tabela de Custas e Honorários anexa ao presente Regulamento.

7.5. As Partes que desejarem excluir a aplicação do regime de Arbitragem de Emergência poderão prever esta exclusão expressamente em sua Convenção Arbitral, caso em que não será aplicável o procedimento previsto nesta Seção, devendo as medidas urgentes anteriores à instituição da Arbitragem (item 13.7 deste Regulamento) ser submetidas ao órgão judiciário competente.

7.6. A ausência da exclusão prevista no item 7.5 deste Regulamento não impedirá a Parte interessada de requerer ao órgão judiciário competente as medidas urgentes necessárias anteriormente à instituição da Arbitragem nem dará ao demandado o direito de obter a extinção da medida judicial, cabendo sempre ao demandante da medida optar livremente, em cada caso, por requerê-la ao Árbitro de Emergência ou ao órgão judicial.

Art. 8º – Procedimento de Emergência

8.1. O pedido de Arbitragem de Emergência deverá ser formulado contendo as informações constantes no art. 12 do presente Regulamento, bem como outras informações ou documentos que forem necessários e convenientes para a sua apreciação, em especial a demonstração dos requisitos especiais das medidas de urgência.

8.2. A Parte que formular pedido de Arbitragem de Emergência deverá, quando do recebimento de tal pedido pela CAMFIEP, proceder ao pagamento do valor fixo de custas e honorários previsto na Tabela de Custas e Honorários anexa ao presente Regulamento, sob pena de não recebimento do pedido. As despesas necessárias para a apreciação do pedido e sua execução, incluindo a notificação da Contraparte, deverão ser igualmente pagas pela Parte que requereu a Arbitragem de Emergência, assim que solicitado pela CAMFIEP, podendo ser posteriormente realocadas pelo Tribunal Arbitral em sua decisão final a respeito do litígio.

8.3. Efetuado o pedido de Arbitragem de Emergência, o Presidente do Conselho Diretor da CAMFIEP designará o Árbitro de Emergência, o que será comunicado com urgência às Partes, encaminhando-se simultaneamente à Parte demandada o pedido para sua manifestação, não sendo cabível a concessão do pedido sem a notificação da Parte demandada e a sua manifestação ou o decurso do prazo previsto no item 8.5 sem a sua manifestação.

8.4. As Partes poderão impugnar a nomeação no prazo de 2 (dois) dias, na forma do item 2.6 do Regulamento, devendo a impugnação ser comunicada com urgência para manifestação do Árbitro e da outra Parte em 1 (um) dia e ser decidida pelo Conselho Diretor em 1 (um) dia, já com a designação de novo Árbitro se necessário.

8.5. Independentemente da solução da impugnação ao Árbitro de Emergência, a Parte demandada terá o ônus de apresentar sua resposta ao pedido no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação referida no item 8.3.

8.6. Encerrado o prazo para manifestação da Parte demandada, os autos serão remetidos ao Árbitro de Emergência, o qual poderá determinar as manifestações adicionais e providências probatórias que entender apropriadas, devendo proferir decisão sobre o pedido no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento dos autos. Se entender cabível, o Árbitro de Emergência poderá condicionar a ordem à prestação de caução ou outra garantia apropriada.

8.7. Deferido o pedido, a CAMFIEP notificará imediatamente a Parte que deve cumprir a decisão, remetendo cópia da decisão.

8.8. Ao não excluir a aplicação desta Seção, as Partes se comprometem a cumprir quaisquer ordens proferidas pelo Árbitro de Emergência. Em caso de não atendimento das ordens do Árbitro de Emergência pela Parte demandada, a Parte demandante da medida poderá requerer ao juiz competente a execução específica da ordem, sem prejuízo da adoção de medidas coercitivas pelo Árbitro de Emergência no âmbito de sua competência.

8.9. O pedido de medida urgente será recebido e processado pela CAMFIEP independentemente de já haver pedido de solicitação de Arbitragem pela Parte demandante, enquanto não estiver instalado o Tribunal Arbitral competente para o julgamento do litígio.

8.10. A Parte que requerer a medida de urgência será responsável por eventuais danos que a sua execução venha a causar, caso venha a se decidir posteriormente pela inexistência do direito que fundamentou o pedido.

8.11. A medida de urgência poderá ser revogada, anulada, modificada, complementada ou tornada sem efeito pelo Tribunal Arbitral constituído ou pelo próprio Árbitro de Emergência, até a instalação daquele.

8.12. A Parte que requerer a medida de urgência será responsável por eventuais danos que a sua execução venha a causar, caso venha a se decidir posteriormente pela inexistência do direito que fundamentou o pedido.

8.13. A exclusão, na Convenção de Arbitragem ou por outro acordo das Partes, da aplicação da presente Seção, impede que qualquer das Partes recorra ao procedimento de Arbitragem de Emergência. Não havendo a exclusão, a Parte interessada poderá recorrer tanto à Arbitragem de Emergência ou ao Poder Judiciário, em qualquer ordem e a qualquer tempo, para a formulação de pedidos urgentes antes da instauração do Tribunal Arbitral.

Regulamento de Arbitragem da CAM

5. MEDIDAS DE URGÊNCIA

5.1 Medidas de Urgência antes de constituído o Tribunal Arbitral. Caso ainda não tenha sido constituído o Tribunal Arbitral, e se façam necessárias medidas conservatórias ou reparatórias revestidas de caráter de urgência, a fim de prevenir dano iminente ou prejuízo irreparável, a questão poderá ser submetida ao Presidente da Câmara de Arbitragem, que nomeará um integrante do Corpo de Árbitros da Câmara de Arbitragem como árbitro de apoio, cuja função será deliberar sobre a medida de urgência, a qual vigorará até que o Tribunal Arbitral decida sobre a matéria (“Árbitro de Apoio”). Na indicação do Árbitro de Apoio será observado o disposto no art. 13, § 6º da Lei nº 9.307, de 23.9.1996. 5.1.1 O Árbitro de Apoio deverá decidir sobre a medida de urgência após ouvir a parte contrária, que será notificada para manifestar-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A medida de urgência poderá ser determinada sem a oitiva da parte contrária, quando for indispensável para a sua eficácia, devendo o árbitro ordenar sua notificação imediata acerca do conteúdo da decisão.

5.1.2 O Árbitro de Apoio que vier a decidir a questão fará jus ao recebimento de remuneração específica, a ser fixada pelo Presidente da Câmara de Arbitragem, observando a Tabela de Custas, e adiantada pela parte que requereu a medida, não podendo o Árbitro de Apoio compor o Tribunal 6 Arbitral que decidirá de forma definitiva a controvérsia, nem qualquer outro que envolva questão conexa.

5.1.3 O Árbitro de Apoio somente poderá ser acionado se a convenção de arbitragem contiver previsão expressa quanto à sua atuação. Caso contrário, a parte deverá requerer diretamente ao Poder Judiciário as medidas conservatórias necessárias à prevenção de dano irreparável ou de difícil reparação, e tal proceder não será considerado renúncia à arbitragem.

5.1.4 A decisão proferida pelo Árbitro de Apoio ou pelo Poder Judiciário poderá ser mantida ou reformulada pelo Tribunal Arbitral a ser constituído.

Regulamento de Arbitragem Esportiva do CBMA

3. Tutela provisória

3.1. Caberá pedido de tutela provisória, de caráter cautelar ou antecipatório, tanto antes como depois da formação do Tribunal Arbitral. Caso o pedido seja formulado antes da formação do Tribunal Arbitral, será nomeado árbitro de emergência pelo CBMA, nos termos deste Regulamento. Após a sua formação, a competência para confirmação, revogação ou apreciação dos pedidos de tutela provisória ficará a cargo do Tribunal Arbitral.

3.2. Não será admitido pedido de tutela provisória perante o CBMA, antes do esgotamento de todos os meios disponíveis de impugnação da decisão recorrida nas instâncias inferiores.

3.3. A Parte que requerer a medida cautelar ou antecipatória, antes da formação do Tribunal Arbitral, deverá instruir sua manifestação com o comprovante de pagamento da taxa de registro prevista no Regimento de Custas de Arbitragem Esportiva, sem o qual o procedimento não deverá prosseguir.

3.4. Ao submeter o conflito ao presente Regulamento de Arbitragem Esportiva, as Partes automaticamente renunciam a possibilidade de requerer tais medidas perante o Poder Judiciário.

3.5. Os honorários do árbitro de emergência serão fixados pelo Presidente do CBMA, conforme tabela prevista no Regimento de Custas para Arbitragem Esportiva. A análise do pedido de tutela provisória ficará condicionada à comprovação do depósito dos honorários do árbitro de emergência, que deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas a contar da comunicação sobre sua fixação pelo Presidente do CBMA.

3.6. O árbitro de emergência ou o Tribunal Arbitral apenas deferirão o pedido de efeito suspensivo – ou outro pedido de natureza cautelar ou antecipatória – caso identifiquem a presença dos seguintes requisitos:

(a) risco de dano irreparável ou de difícil reparação; e

(b) verossimilhança das alegações.

3.7. Após a apresentação do requerimento de medida cautelar ou antecipatória, o árbitro de emergência deverá conceder prazo de 10 (dez) dias para que a parte contrária se manifeste. Tal prazo poderá ser reduzido em função de circunstâncias específicas do caso.

3.8. A medida cautelar ou antecipatória poderá ser deferida sem a oitiva da parte contrária em casos de extrema urgência. Nessas hipóteses, a parte contrária deverá ser ouvida logo em seguida, podendo a decisão ser reconsiderada.

3.9. A medida cautelar ou antecipatória concedida pelo árbitro de emergência automaticamente perderá sua eficácia caso a Parte interessada não interponha o Recurso dentro do prazo previsto para sua interposição.